



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR | ETP

Unidade Demandante: Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia – ESDEP

Setor Responsável: Núcleo de Saúde da Defensoria Pública do Estado da Bahia / Comissão de Saúde – COMSaúde

Processo nº: 01.0003.2026.000013755-7

Objeto: Contratação de pessoa física para prestação de serviço de capacitação (palestra/facilitação), referente ao “Curso de Revisão: Introdução ao SUS e Manual de Desjudicialização”, destinado a servidores(as) e estagiários(as) da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Período: Data 29/07/2026 – 04 (quatro) horas, em formato online

1. Descrição da Necessidade

A presente demanda visa viabilizar a realização do “Curso de Revisão: Introdução ao SUS e Manual de Desjudicialização: Curso Prático para Servidores(as) e Estagiários(as)”, destinado aos(as) servidores(as) e estagiários(as) da Defensoria Pública do Estado da Bahia que já participaram da formação inicial sobre atuação extrajudicial em saúde.

A atividade terá caráter de revisão e atualização de conteúdo, com carga horária total de 04 (quatro) horas, em formato online, com transmissão via plataforma digital (Google Meet ou Zoom), com realização presencial complementar no Auditório 2 da ESDEP – Sede da Defensoria Pública do Estado da Bahia, em Salvador/BA, e gravação da atividade para consulta posterior.

A necessidade compreende o custeio da contratação de facilitadora para condução da exposição dialogada, retomada dos principais conceitos, discussão de situações práticas, resolução de casos e espaço para dúvidas e alinhamento institucional, conforme programação pedagógica detalhada no Projeto Pedagógico anexo, com tema central voltado à “Revisão do Manual de Desjudicialização e Rotina Prática do Núcleo de Saúde de Salvador”.

2. Demonstração do Interesse Público

A consolidação do modelo de resolução extrajudicial das demandas de saúde exige atualização permanente dos(as) profissionais responsáveis pela triagem, orientação e encaminhamento dos(as) assistidos(as). Considerando que os(as) cursistas já concluíram a capacitação inicial, identificou-se a necessidade de realização de encontro específico destinado à revisão dos conteúdos anteriormente ministrados.

A atividade busca a uniformização de procedimentos, o esclarecimento de situações recorrentes identificadas na prática institucional e o reforço das diretrizes operacionais relacionadas à COMSaúde e ao Sistema de Atendimento Extrajudicial às Demandas de Saúde – SADEP Bahia, fortalecendo a atuação técnica e resolutiva das equipes, com maior segurança institucional, melhoria dos fluxos de atendimento e incremento da efetividade das soluções administrativas.

A capacitação promove, ainda, a uniformização de procedimentos de atendimento entre capital e interior, a discussão de casos recorrentes e situações práticas observadas na execução das atividades, e a consolidação da cultura institucional de resolução consensual e prevenção da judicialização, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da assistência jurídica e social prestada à população vulnerável.

3. Alinhamento ao Planejamento Institucional | Plano de Contratações Anual (PCA)

A presente contratação não se encontra contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, tendo em vista que a necessidade surgiu supervenientemente ao planejamento inicialmente realizado, revelando-se imprescindível para o atendimento da demanda institucional de revisão e atualização de conteúdos relacionados à atuação

extrajudicial em saúde, bem como ao fortalecimento da uniformização de procedimentos e à consolidação da cultura institucional de prevenção da judicialização.

4. Requisitos da Contratação

A solução deverá contemplar a contratação de 01 (uma) facilitadora para condução do curso de revisão, com as seguintes características mínimas:

- Formação acadêmica compatível com a temática (graduação na área jurídica ou correlata);
- Experiência prática comprovada na área de triagem e atuação extrajudicial em saúde no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia;
- Conhecimento direto das rotinas, fluxos e desafios enfrentados na operacionalização do SADEP e da COMSaúde;
- Disponibilidade para condução de 04 (quatro) horas/aula, em formato online, com apresentação de plano simplificado de aula e/ou materiais de suporte, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024;
- Cessão do material institucional utilizado na capacitação à DPE-BA, nos termos do art. 8º da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024.

A remuneração deverá observar os parâmetros e limites estabelecidos na Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024, que regulamenta a remuneração de palestrantes, professores, seminaristas, debatedores, expositores ou conferencistas em cursos e demais eventos promovidos ou apoiados pela ESDEP.

5. Levantamento de Mercado

Em razão da natureza da contratação — serviço de facilitação ministrado por profissional com conhecimento técnico específico e direto das rotinas internas do Núcleo de Saúde da Defensoria Pública do Estado da Bahia —, a remuneração não se submete à pesquisa de preços de mercado tradicional, mas sim à Tabela de Remuneração de Instrutoria constante do Anexo I da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024, que estabelece os valores de hora-aula conforme o grau de escolaridade do(a) palestrante.

A facilitadora indicada, Cintia Santiago, é Bacharela em Direito, pós-graduada em processo civil, enquadrando-se no nível “Graduado” da referida tabela, correspondente ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por hora-aula, valor este compatível com o praticado para serviços de facilitação/docência de natureza semelhante no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Sempre que possível, nos termos do § 1º do art. 1º da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024, deve ser priorizada a contratação de servidores(as) e colaboradores(as) com vínculo institucional já estabelecido, em detrimento de colaboradores externos, respeitada a autonomia pedagógica da ESDEP — critério atendido na presente contratação.

6. Estimativa de Quantidades

01 (uma) contratação de pessoa física para atuação como facilitadora, com carga horária de 04 (quatro) horas/aula.

Público-alvo da capacitação: servidores(as) e estagiários(as) da Defensoria Pública do Estado da Bahia que participaram anteriormente da formação sobre atuação extrajudicial em saúde, especialmente aqueles(as) que atuam na triagem, atendimento e encaminhamento das demandas para a Rede SUS e para a COMSaúde, sem limitação prévia de número de participantes, dado o caráter de revisão e alinhamento institucional da atividade.

7. Estimativa de Valor

O valor total estimado da contratação é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), conforme planilha de custos anexa, calculado com base na carga horária de 4 (quatro) horas/aula, ao valor unitário de R\$ 300,00 (trezentos reais) por hora/aula, referente à atuação da facilitadora Cintia Santiago.

Palestrante	Qtd. Hora/Aula	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)
Cintia Santiago	4	300,00	1.200,00

O valor unitário está em conformidade com a Tabela de Remuneração de Instrutoria constante do Anexo I da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024, correspondente ao nível “Graduado”.

8. Análise de Riscos

Risco 1 – Indisponibilidade da facilitadora na data agendada

Mitigação: confirmação prévia de disponibilidade da facilitadora e definição antecipada da data do evento, com margem de reagendamento, caso necessário.

Risco 2 – Indisponibilidade orçamentária

Mitigação: verificação prévia da dotação orçamentária do Fundo de Assistência Judiciária – FAJ antes da formalização da contratação, observando-se o disposto na Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024.

Risco 3 – Falhas técnicas na transmissão online

Mitigação: testes prévios da plataforma de transmissão (Google Meet ou Zoom), apoio técnico da DMI, ASCOM, CSA e disponibilização de equipamentos audiovisuais adequados no Auditório 2 da ESDEP.

Risco 4 – Baixa adesão ou engajamento dos(as) participantes

Mitigação: divulgação institucional antecipada, gravação da atividade para consulta posterior e adoção de metodologia participativa, com espaço para dúvidas e discussão de casos práticos.

9. Justificativa da Escolha da Solução

A contratação da facilitadora Cintia Santiago se justifica em razão de sua qualificação técnica e experiência prática na área de triagem do Núcleo de Saúde da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sendo profissional com conhecimento direto das rotinas, fluxos e desafios enfrentados na atuação extrajudicial em saúde, o que confere especial adequação para a condução do conteúdo programático proposto.

Não há alternativa que proporcione igual nível de alinhamento institucional e conhecimento prático das rotinas da COMSaúde e do SADEP Bahia, sendo a solução adotada — contratação direta de profissional com vínculo institucional, nos termos do § 1º do art. 1º da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024 — a que melhor atende ao interesse público, com economicidade e efetividade, em comparação à eventual contratação de instrutor externo sem familiaridade com as rotinas internas da instituição.

10. Conclusão

Conclui-se pela viabilidade técnica e pela conveniência administrativa da contratação de pessoa física para prestação de serviço de capacitação (palestra/facilitação) referente ao “Curso de Revisão: Introdução ao SUS e Manual de Desjudicialização”, observados os requisitos, riscos e estimativas aqui delineados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024.

Recomenda-se o encaminhamento do presente Estudo Técnico Preliminar, acompanhado do Documento de Formalização da Demanda – DFD, do Projeto Pedagógico e da Planilha de Custos, para elaboração do respectivo Termo de Referência (TR) e prosseguimento dos atos administrativos necessários à contratação.